

AGROTÓXICOS

REDUZIR É URGENTE!



POLÍTICA NACIONAL DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS - PNARA

Deputado Federal Nilto Tatto PT-SP

Separata

AGROTÓXICOS
REDUZIR É URGENTE!

Política Nacional De Redução de Agrotóxicos - PNARA

Deputado Federal Nilto Tatto
PT-SP

Sumário

Apresentação 5

Agrotóxico é risco 7

Você sabe o que tem na sua comida? 9

Presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos analisados 10

Efeitos na sua saúde – Intoxicação 25

Agrotóxicos no ambiente 26

Lucro privado, prejuízo público 28

Por que tanto agrotóxico? 30

Agrotóxicos e a produção agrícola no Brasil 31

Como evitar o consumo de agrotóxicos 33

Outro modelo é possível? 33

Alimentos sem agrotóxicos são mais caros? 38

Economia justa e solidária 38

Alimentação saudável – Um projeto de soberania nacional 40

O que diz a legislação sobre agrotóxicos 40

PL do veneno 42

Trigo trangênico 44

Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNaRA 45

Conheça algumas das medidas previstas na PNaRA 46

Apresentação

O Brasil já é o segundo maior consumidor mundial de agrotóxicos. Há quem diga que o motivo disso é a grandeza da nossa agricultura, o que não é verdade. Ter uma agricultura grande e potente não é resultado de volumes enormes de venenos, mas conseqüência de um modelo que se acreditava avançado na década de 1970.

Este padrão promoveu a concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos empresários, assegurando riqueza e poder para um punhado de corporações multinacionais que hoje ditam as regras da produção agropecuária no mundo. Apesar de ser predominante no Brasil, é um modelo ultrapassado, que causa enormes danos ao ambiente, compromete o solo, a água, a biodiversidade e a saúde humana.

Infelizmente, muitos alimentos que chegam à nossa mesa estão gravemente contaminados e do ponto de vista da segurança alimentar, não são confiáveis.

Em contraposição a essa forma de produzir, temos a agroecologia, que apesar de ocupar uma porcentagem pequena das áreas cultivadas, fornece produtos saudáveis e sem impacto ambiental. Além disso, ao contrário do que é propagado pelos latifundiários, possui viabilidade econômica.

Temos portanto, dois modelos em disputa. O primeiro é dedicado às gigantescas monoculturas voltadas à exportação, que ocupa a maior parte das terras cultivadas e absorve a maior fatia dos recursos públicos que financiam o setor. Este padrão gera infindáveis conflitos no campo, deixando um rastro de degradação ambiental.

O outro modelo adota uma maneira de produzir que respeita os processos naturais, contando com a biodiversidade como aliada para aumentar a produtividade. É baseado em pequenas

propriedades, gera empregos no campo e já se mostrou uma excelente alternativa de sustentabilidade econômica para os produtores.

A sociedade brasileira precisa ser envolvida nesta disputa e dizer qual modelo de agricultura julga mais vantajoso. Por enquanto, o jogo está sendo decidido pelas grandes corporações, que garantem suas posições na política através de seus aliados, cuja comissão de frente é a chamada ''bancada ruralista''.

Precisamos reverter este quadro e para isso temos uma poderosa ferramenta em mãos: a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), proposta pelo PL 6670/2016. O projeto do qual fui o relator já foi aprovado em Comissão Especial e está pronto para a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

Trata-se de uma iniciativa popular, que prevê instrumentos concretos para apoiar e estimular uma agricultura livre de venenos. A proposta é reduzir, de forma gradual e contínua, a dependência da agricultura brasileira em relação aos agrotóxicos. Isso não só é possível, mas também barato, trazendo enormes benefícios para toda a sociedade, que terá mais saúde e para o Estado, que terá menos despesas tratando pessoas doentes.

O projeto contrapõe um conjunto de outras propostas legislativas defendidas pela bancada ruralista que visam ampliar ainda mais o uso de agrotóxicos no País, entre elas o "PL do veneno", que também foi aprovado em Comissão Especial. Mesmo que este PL ainda não tenha sido votado em Plenário, o governo Federal já liberou mais de 400 agrotóxicos só em 2019.

É muito importante que a sociedade conheça estas iniciativas e se mobilize para apoiar a criação da PNARA, pois dela depende a saúde do país.

Nilto Tatto

Agrotóxico é risco

Para que servem os agrotóxicos? **PARA MATAR...**

...insetos (inseticidas); plantas (herbicidas); fungos (fungicidas); vermes e pragas (pesticidas). Ou seja, são produzidos para acabar com diversas formas de vida.

Hoje já se sabe que esses produtos afetam também insetos como as abelhas, animais silvestres e domésticos, peixes e outros seres aquáticos, aves e também as pessoas. Todas as formas de vida, que dependem umas das outras para viver no campo, nas florestas e nas cidades, estão sendo afetadas pelas enormes quantidades de veneno utilizadas no Brasil.

Os agrotóxicos hoje são encontrados em frutas, legumes e verduras, mas também em carnes, leite e derivados, alimentos processados, na água que bebemos, no ar e até no leite materno.

Além das intoxicações agudas, muitos estudos associam o consumo de agrotóxicos a diversas doenças graves que aparecem depois de anos, mas não há informação suficiente para termos certeza sobre as quantidades de agrotóxicos que chegam até nós (por meio da comida, da água, e pelo ar) nem sobre todos os danos que podem causar.

Há muitas experiências que mostram ser possível produzir alimentos mais saudáveis, sem agrotóxicos. Por quê, então, usamos tantos venenos? Porque alguns ganham muito dinheiro com isso e nós precisamos entender um pouco esta história.

Temos que entender também o que pode ser feito para acabar com a dependência desses produtos. Isso é possível. Mudar as leis é um passo importante, e a proposta da PNARA cumpre este papel.

Esta publicação tem por objetivo contribuir para disseminar informação e consciência sobre estas questões tão importantes.

Boa leitura!

Você sabe o que tem na sua comida?

Muitos resíduos de agrotóxicos!

58% dos alimentos no Brasil estão contaminados por eles

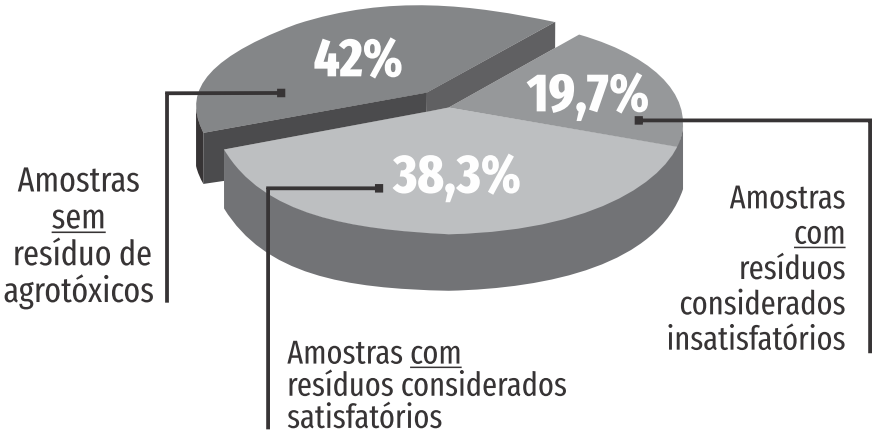
38% dos alimentos apresentam resíduos em quantidades aceitas

19% dos alimentos apresentam resíduos não autorizados para a cultura ou em quantidades acima do limite.

Apenas
42% dos alimentos não apresentam resíduos de agrotóxicos.

Orientada pelo governo Federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) alterou em 2019 a classificação de toxicidade de alguns venenos, passando a considerar produtos extremamente perigosos e cancerígenos como se oferecessem baixo risco.

Presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos analisados



Estes dados são do último relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA, trazendo análises de 2013 a 2016. Por determinação da lei (Lei 7.902 de 1996, regulamentada pelo decreto 4.074 de 2002 e pela Portaria nº3 de 2002) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável pela fiscalização da qualidade dos alimentos e por investigar se há presença de agrotóxicos e outras substâncias nocivas à saúde. Assim, periodicamente, a ANVISA coleta amostras de alimentos em todo o país e analisa a presença de resíduos desses produtos.

A última análise feita pela ANVISA (2016) foi realizada com um método diferente, verificando o "risco agudo à saúde": intoxicações que podem ocorrer dentro de um período de 24 horas após o consumo do alimento que contenha resíduos. Você imagina comer uma couve e ir parar no hospital por isso? É disso que se trata.

A divulgação oficial deste último relatório se apressou em mostrar que 2% dos alimentos apresenta risco agudo à saúde, enfatizando que a maior parte não representa este risco. Porém, 2% de chance de ir parar em um pronto socorro por causa de intoxicação por via alimentar não é pouco!

Mas o problema é bem maior: é muito preocupante que uma grande parte dos alimentos disponíveis para o brasileiro pode causar doenças dentro de semanas, meses ou anos.



Vejamos outros dados fornecidos pela ANVISA.

A cada 100 itens que você come, 19 estão contaminados e podem prejudicar sua saúde, porque contém mais resíduos de agrotóxicos do que a quantidade aceita. É praticamente 1 em cada 5 itens alimentícios. Isso é bastante!

Mas a realidade é muito pior, porque há um problema sério com os outros 38% das amostras que apresentam resíduos em quantidades aceitas. É importante entender isso. Há muitas incertezas científicas sobre os limites tomados como "satisfatórios" pelos órgãos de controle.

Há muitas incertezas sobre a segurança de um agrotóxico

Quando se diz que um alimento está contaminado, significa que, nas amostras analisadas pela ANVISA, foram encontrados resíduos de agrotóxicos acima do permitido. Este limite é decidido por critérios que não são claros. Assim, para o mesmo veneno, os limites variam conforme o país. Infelizmente, o Brasil estabelece limites muito permissivos, quando comparados àqueles adotados na União Europeia. Veja adiante alguns exemplos de Limites Máximos de Resíduos (LMR) para alimentos e para água potável.

Limites Máximos de Resíduos em produtos (Brasil X União Europeia)

Agrotóxico por cultura	LMR (Brasil)	LMR (UE)	Proporção BR/UE
Glifosato no Café	1 mg/kg	0,1 mg/kg	10 vezes
Malationa no Feijão	8 mg/kg	0,02 mg/kg	400 vezes
Glifosato na Soja	10 mg/kg	0,05 mg/kg	200 vezes
Malationa no Brocoli	5 mg/kg	0,02 mg/kg	250 vezes

Limites Máximos de Resíduos na água potável (Brasil X União Europeia)

Agrotóxico	LMR (Brasil)	LMR (UE)	Proporção BR/UE
Acefato (inseticida/acaricida)	Sem limite estabelecido	0,1 mcg/l	—
2,4 D (herbicida)	30 mcg/l	0,1 mcg/l	300 vezes
Clorpirifós (inseticida/acaricida)	30 mcg/l	0,1 mcg/l	300 vezes
Diuron (herbicida)	90 mcg/l	0,1 mcg/l	900 vezes
Tebuconazol (fungicida)	180 mcg/l	0,1 mcg/l	1800 vezes
Glifosato (herbicida)	500 mcg/l	0,1 mcg/l	5000 vezes

Além disso, o que é considerado aceito hoje, pode ser considerado perigoso amanhã. Existem muitos agrotóxicos que já foram autorizados, no Brasil e no mundo e, em certo momento, depois de reavaliados, foram proibidos.

O que nos garante que os agrotóxicos hoje autorizados não representam riscos que só serão reconhecidos no futuro? Enquanto as reavaliações seguem seus processos, as pessoas e o ambiente estão recebendo estes venenos.

Boa parte das informações utilizadas para os registros dos agrotóxicos e para o estabelecimento dos tais limites (Limites Máximos de Resíduos) vem das próprias empresas que querem

registrar o produto para vendê-lo. Ou seja, o seu lucro depende de que o registro seja aceito. Serão confiáveis os dados que as empresas fornecem à ANVISA para registrá-los?

É preciso ter consciência de que a liberação de agrotóxicos não depende apenas de informações e análises técnicas e científicas. As empresas que querem vender esses produtos no território nacional exercem grande pressão sobre as instituições públicas responsáveis pelo controle dos mesmos.



Vários agrotóxicos no mesmo alimento

Pior do que isso: quando se diz que a quantidade de veneno que aparece em um certo alimento é considerada satisfatória ou aceitável, isso se refere àquele único agrotóxico, naquele determinado alimento. Não considera que as pessoas ingerem, ao mesmo tempo, diversos alimentos que podem conter diferentes tipos de agrotóxicos. Entre 2013 e 2015, mais de 37% das amostras analisadas continham 2 ou mais tipos de resíduos de agrotóxicos. Como podemos confiar que nossa saúde está protegida?



Agrotóxicos não analisados

Infelizmente, a realidade é ainda pior, porque um conjunto grande de agrotóxicos não é sequer monitorado pela ANVISA. De um total de 450 ingredientes ativos registrados no Brasil, apenas a metade (232) é analisada.

O glifosato, por exemplo, que é o agrotóxico mais utilizado no Brasil, fica de fora das análises da ANVISA. Em muitos países este produto está proibido porque, segundo a Organização Mundial de Saúde, o glifosato é cancerígeno.

O agrotóxico 2,4-D também não é analisado pela ANVISA, apesar de ser o segundo mais utilizado no Brasil, e apontado pela OMS como cancerígeno e causa de danos no cérebro e no sistema reprodutivo.

Mas não para de piorar, porque diversos itens que fazem parte da dieta no Brasil não são analisados neste monitoramento: carnes, ovos, leite e derivados, por exemplo. Tampouco os produtos alimentícios processados pela indústria, que têm como ingredientes o trigo, o milho e a soja: óleo de soja, pães, biscoitos, cereais matinais e muitos outros alimentos industrializados (chocolates, molhos, embutidos, salgadinhos, cervejas etc.).

Produtos não analisados

Quantos itens você consome diariamente sem qualquer informação sobre quais são os venenos ali contidos e em quais quantidades?

Portanto, muita atenção, pois as informações publicadas podem esconder muitas outras indesejáveis!

Diversas organizações importantes da área da saúde têm se manifestado contra o uso abusivo de agrotóxicos, e apresentado informações que ligam estes produtos a doenças graves.

O Instituto Nacional do Câncer, a Fundação Oswaldo Cruz, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a Agência Internacional de Pesquisas do Câncer e a Organização Mundial de Saúde são instituições reconhecidas, e referências neste tema.

International Agency Research on Cancer
World Health Organization

Organização Mundial da Saúde

INCA
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER

ABRASCO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Dica: Se você quiser saber mais, faça uma busca na internet combinando as palavras:

agrotóxicos abrasco impactos ONU água fiocruz saúde OMS contaminação campanha permanente contra os agrotóxicos



Você sabia?

Em um intervalo de dez anos, os casos de câncer por 10.000 habitantes no município de Lucas do Rio Verde, saltaram de três para quarenta. Os problemas de malformação por 1.000 nascidos vivos saltaram de cinco para vinte.

Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, é símbolo de "sucesso" do agronegócio e campeã nacional de contaminações por agrotóxicos. Lá se despeja, anualmente, 136 litros de venenos por habitante.

Veja alguns dos agrotóxicos mais encontrados nos alimentos no Brasil nos últimos anos, seus efeitos na saúde e em quais alimentos eles são utilizados.





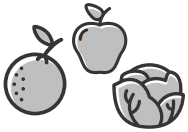
ALIMENTOS

Arroz, feijão, abacaxi, goiaba, mamão, cenoura, banana

EFEITOS NA SAÚDE

Problemas hormonais





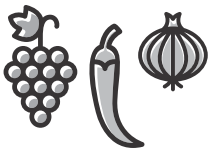
ALIMENTOS

Feijão, abacaxi, laranja, maçã, mamão, manga, morango, alface, repolho tomate

EFEITOS NA SAÚDE

Alterações genéticas e desregulação hormonal masculina





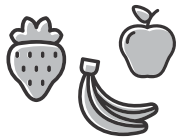
ALIMENTOS

Goiaba, manga, uva, repolho, pimentão, tomate, cebola

EFEITOS NA SAÚDE

Neurotoxicidade, suspeita de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva





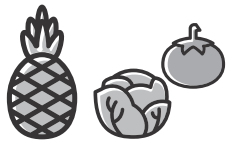
ALIMENTOS

Maçã, mamão, manga, morango, alface, pimentão, tomate, cenoura, banana

EFEITOS NA SAÚDE

Neurotoxicidade, suspeita de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva, alergias respiratórias, dermatites, doença de Parkinson, cânceres





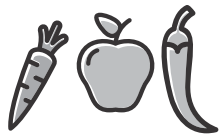
ALIMENTOS

Feijão, abacaxi, laranja, mamão, morango, alface, repolho, pimentão, tomate, banana

EFEITOS NA SAÚDE

Tremores, distúrbios na visão, falta de ar, alucinações





ALIMENTOS

Maçã, mamão, morango, uva, alface, repolho, pimentão, tomate, cenoura, banana

EFEITOS NA SAÚDE

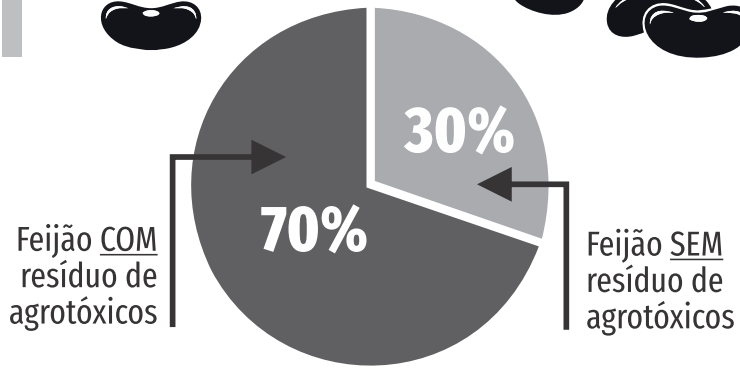
Lesão nos olhos, alteração no fígado (inclusive necrose), espasmos musculares, convulsões, falta de ar, sangue na tosse

Qual a proporção de alimentos contaminados?
Veja alguns exemplos:

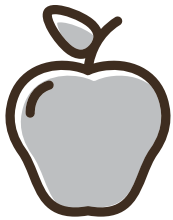
FEIJÃO

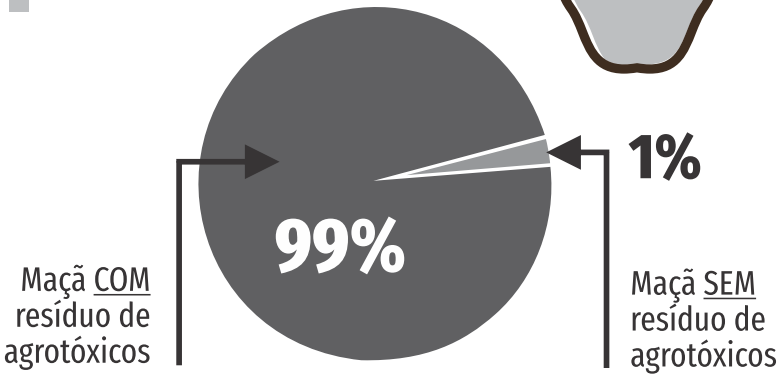






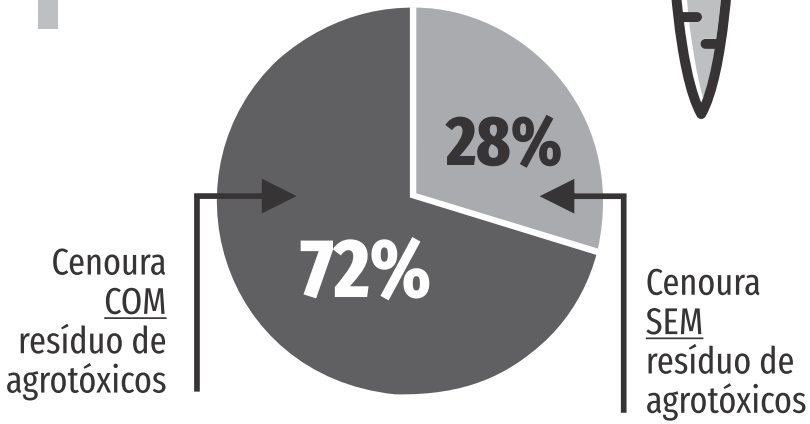
MAÇÃ





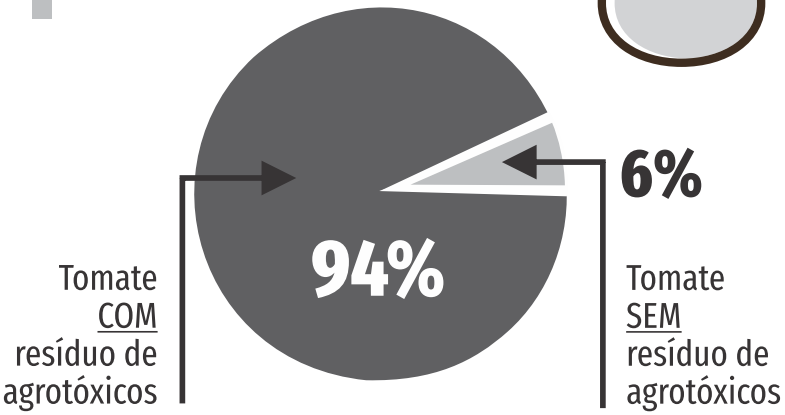
CENOURA



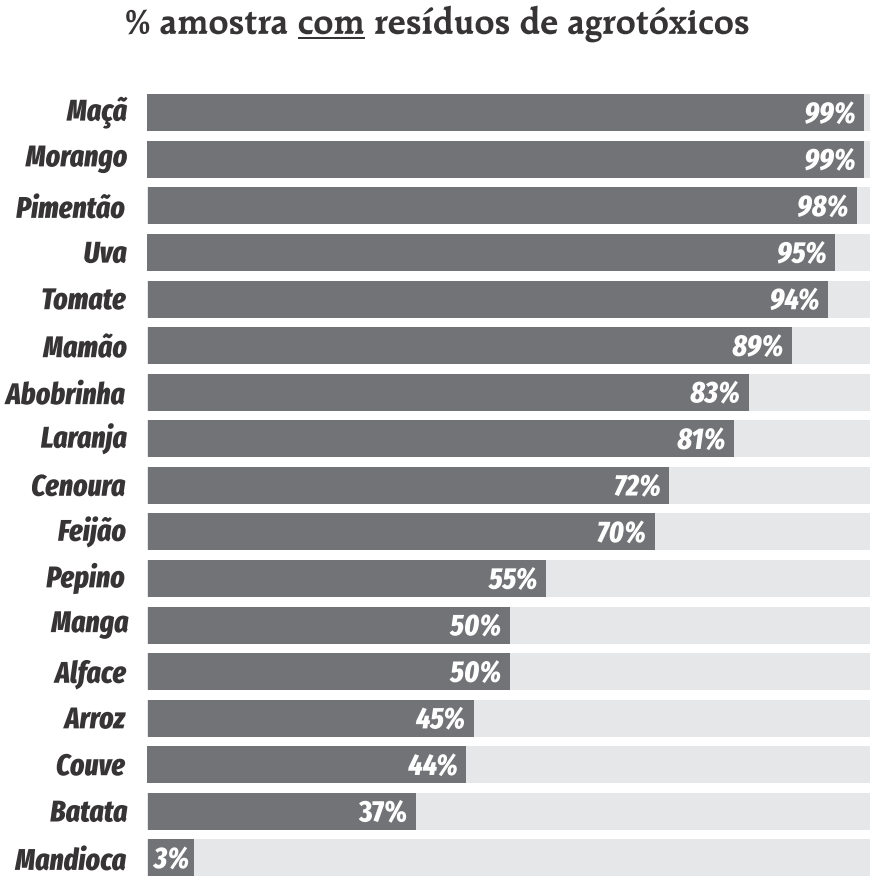


TOMATE



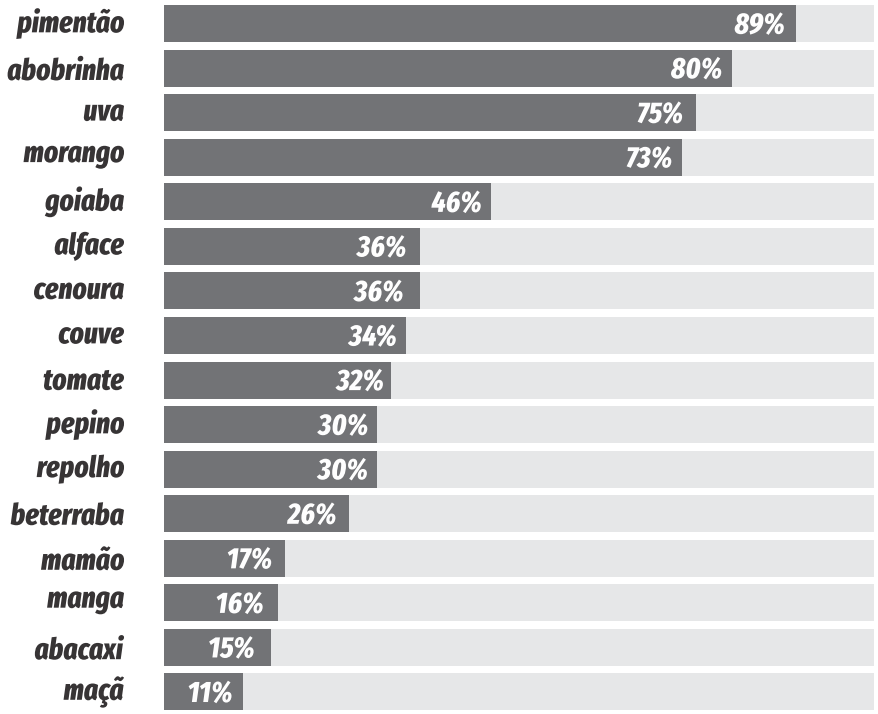


As chances de você consumir um alimento contaminado são muito maiores do que as chances de consumir um saudável, para muitos dos itens que você consome no dia a dia.



Saiba quais são os alimentos que apresentaram maior proporção de contaminação irregular no conjunto das amostras analisadas pela ANVISA entre 2013 e 2015.

Proporção de amostras com resíduos acima do limite aceito ou com agrotóxicos não permitidos para a cultura



METAMIDOFOS

LAMBDA-CIALOTRINA

TETRACONAZOL

CARBENDAZIM

DIFLUBENZUROM

CARBOFURANO

BENALAXIL

METIDATIONA

FLUAZIFOPE-P-BUTILICO



Efeitos na sua saúde - intoxicações

As doenças causadas pelos agrotóxicos são chamadas de intoxicações, pois são reações do corpo humano (ou animal) a uma substância tóxica.

As intoxicações agudas são mais facilmente relacionadas com o contato ou consumo de agrotóxicos: os sintomas aparecem nas primeiras horas (até 48h) depois do contato com o veneno. Febres, dores de cabeça, vômitos, dificuldade para respirar, desmaios, irritações na pele e nos olhos, diarreia, convulsões e morte.

Os trabalhadores rurais e suas famílias são os mais expostos ao risco de intoxicação aguda. A prática da pulverização de venenos por meio de aviões, muito comum no Brasil, também expõe casas, comunidades e escolas na zona rural e, às vezes, atingem cidades.

Entre 2007 e 2014 ocorreram mais de 25 mil casos de intoxicação aguda no Brasil (segundo dados do Ministério da Saúde). Estes são os casos notificados no sistema de saúde, mas muitos não chegam a ser notificados, quando as pessoas fazem o tratamento sem procurar um centro médico. Isso significa que o número real é maior. A Organização Mundial de Saúde estima que, para cada caso notificado, existam 50 não notificados. Um pouco de matemática nos deixa com uma estimativa de mais de 150 mil casos de intoxicação por ano no Brasil.

Não há dados seguros sobre as intoxicações crônicas, mas nas diversas regiões onde o uso de agrotóxicos é mais intenso, o número de casos de câncer, por exemplo, é muito maior do que as médias nacional e mundial.

O veneno circula no corpo humano, já tendo sido encontrados resíduos de agrotóxicos no leite materno.

Nas intoxicações crônicas, os efeitos na saúde aparecem depois

de anos. Câncer, infertilidade, impotência, fetos mal-formados, abortos e outros problemas de reprodução, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico, problemas nos rins, alergias, Mal de Parkinson, entre outros, podem estar sendo gerados silenciosamente, em todos os cantos do país.

O contato com os produtos ou o consumo continuado de alimentos contaminados são as causas destas doenças.

A Organização Mundial de Saúde estima que 40% das mortes por câncer poderiam ser evitadas por medidas de prevenção à exposição a agentes químicos que provocam a doença, a exemplo dos agrotóxicos.

Agrotóxicos no ambiente

Os venenos contaminam o ar, principalmente através da pulverização, que muitas vezes acontece com o uso de aviões. Estes resíduos atingem florestas, matas e corpos d'água, por vezes utilizados para abastecimento público.

É frequente que o agrotóxico aplicado em um local se volatilize, se espalhe, e alcance locais e populações distantes. A poeira de solos contaminados também transporta estas substâncias para fora dos campos de cultivo.

Os solos podem ser contaminados não apenas nas áreas onde há culturas agrícolas, mas também quando acontece derramamento no transporte ou no manuseio do produto e ainda pelo descarte inadequado de embalagens.

A chuva também carrega agrotóxicos para rios. Penetrando no solo, esses produtos podem chegar aos reservatórios subterrâneos de água, chamados de lençóis freáticos. Por meio das águas superficiais ou subterrâneas, estes venenos podem atingir áreas muito distantes de onde aconteceu a aplicação ou o vazamento.

Em 2008, os agrotóxicos eram a segunda maior causa de contaminação das águas captadas para abastecimento nos municípios brasileiros[1]. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) também já publicou estudos mostrando a contaminação de cursos d'água e aquíferos em todas as regiões do Brasil. Já foi detectada a contaminação por agrotóxicos até no aquífero Guarani, que é a maior reserva de água subterrânea da América Latina.

Na medida em que matam a biodiversidade e reduzem a quantidade de micronutrientes no solo, a agricultura também é prejudicada pois, os controles naturais são enfraquecidos. Sem eles, se agrava a proliferação de pragas e doenças, e muitas se tornam resistentes a certos agrotóxicos. Isso faz com que sejam necessárias quantidades cada vez maiores de veneno ou então substâncias cada vez mais tóxicas.

Em 1957, nos Estados Unidos, foi registrado o primeiro caso de planta resistente a herbicidas. Hoje são conhecidas 495 ervas-daninhas resistentes, afetando 92 culturas em 70 países[2]. No Brasil, são dezenas de variedades resistentes a um ou vários grupos de herbicidas. Cada grupo abrange diferentes tipos de composto químico, e cada um destes compostos se apresenta com diversos nomes comerciais. Ou seja, muitos produtos disponíveis no mercado podem não ter mais o efeito esperado sobre cada erva.

A presença de venenos no ambiente afeta gravemente os insetos polinizadores, responsáveis pela fecundação de muitas plantas. O sumiço de abelhas em diversas regiões do país e do mundo é bastante conhecido. A maior parte das espécies vegetais cultivadas no mundo depende da ação destes insetos.

Com o empobrecimento do solo, a contaminação das águas, a redução de polinizadores, a necessidade de um aumento de 60% da produção de alimentos até 2050, e as mudanças climáticas que já são uma realidade, ninguém sabe, ao certo, os problemas que a

[1] Dados do IBGE – Pesquisa de Saneamento Básico 2008
[2] http://www.weedscience.org/

agricultura enfrentará no futuro. Segundo a Embrapa, as projeções científicas para o aquecimento do planeta "indicam a crescente vulnerabilidade dos sistemas agrícolas, que, associada ao aumento da demanda mundial por alimentos, água e energia, representa enorme desafio para a sustentabilidade da produção, dos ecossistemas terrestres e aquáticos e dos serviços à sociedade. Estudo utilizando um cenário de aumento de 3° C até 2050 identificou que, nessa situação, o Brasil teria como impacto uma redução de até 50% na produção agrícola"[3].

Neste cenário, as principais organizações multilaterais têm recomendado a intensificação de abordagens ecológicas para a agricultura, como uma das estratégias para evitar a rápida deterioração das condições de vida no planeta e para não comprometer a capacidade futura de produção de alimentos.

Por tudo isso, os agrotóxicos são um dos fatores que ameaçam a segurança alimentar no país e no mundo.

Lucro privado, prejuízo público

Aproximadamente 30 bilhões de reais foram movimentados pelo mercado de agrotóxicos no Brasil em 2017. Parte deste dinheiro deveria ser revertido em investimento em saúde, fiscalização, ou segurança alimentar, certo?

Infelizmente, não é isso que acontece. Os agrotóxicos praticamente não pagam impostos. São isentos dos tributos federais PIS/CONFINS (contribuições para a seguridade social). O Tribunal de Contas da União calcula que, de 2010 a 2017, o Brasil deixou de arrecadar R$ 9 bilhões, só com as isenções destes dois tributos. Além disso, agrotóxicos podem ter redução de 60% no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), e muitos são isentos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

[3] https://www.embrapa.br/visao/mudanca-do-clima (consultado em 13/11/18)

Não bastasse isso, é barato para as empresas registrar agrotóxicos no país: enquanto nos Estados Unidos o custo é de 630 mil dólares, no Brasil a taxa varia de 53 a 1.000 dólares.

Boa parte do lucro bilionário deste mercado é remetido para fora do país, pois o mercado global de agrotóxicos e sementes é controlado por multinacionais. Como 90% dos agrotóxicos e fertilizantes são importados, o dinheiro vai para os países onde estão as sedes destas empresas, para as mãos de uns poucos empresários e acionistas, mas a contaminação e as doenças ficam no Brasil, disseminadas e compartilhadas com toda a população.

Mas quem paga os custos de saúde para tratar as intoxicações agudas ou as doenças crônicas? Quem pagará pelos custos de recuperar os solos e a água? O Estado, os cidadãos e as futuras gerações.

O mercado mundial é altamente concentrado, dominado por apenas três companhias gigantes (ChemChina-Syngenta, Bayer-Montanto e DowDuPont), que desenvolvem e detém a patente das sementes, fertilizantes e agrotóxicos utilizados em todo o mundo.

A produção e comercialização de sementes é o outro pilar deste negócio, pois as variedades desenvolvidas, inclusive as transgênicas, são projetadas para produzir muito com o uso intensivo dos fertilizantes e agrotóxicos que estas mesmas empresas produzem. Assim, cria-se uma forte dependência da agricultura em relação aos "pacotes" oferecidos pelas "gigantes".

Atualmente, estas poucas corporações multinacionais ditam o que é produzido pela agricultura, onde é vendido e a que preço, e têm enorme influência sobre os países que consomem seus produtos. Este poder extremamente concentrado, que dita os rumos da agricultura no mundo é, portanto, uma ameaça à segurança alimentar em todos os continentes.

Por que tanto agrotóxico?

É frequente ouvirmos que o consumo de agrotóxicos está diretamente relacionado à potência da agricultura: para ter uma grande agricultura, para alimentar toda a população, os agrotóxicos são necessários.

Mas isto não é verdade.

O volume gigantesco de agrotóxicos utilizados no país está relacionado a um modelo produtivo fundado nos latifúndios monocultores (herança do Brasil colônia) que passaram, a partir dos anos 60, por uma modernização técnica não adequada às condições tropicais (importando tecnologias e produtos europeus e norte-americanos), e que hoje é dominada por setores econômicos internacionais.

O modelo produtivo que predomina na agricultura brasileira vem sendo praticamente imposto aos agricultores que, sem conhecer alternativas, compram, no mesmo pacote, a semente, os fertilizantes para compensar a exaustão dos solos, e os venenos para combater as pragas, comuns em monoculturas. Nos últimos anos, com a disseminação dos transgênicos, as quantidades de agrotóxicos aumentaram muito porque as sementes geneticamente modificadas geram plantas resistentes a esses produtos.

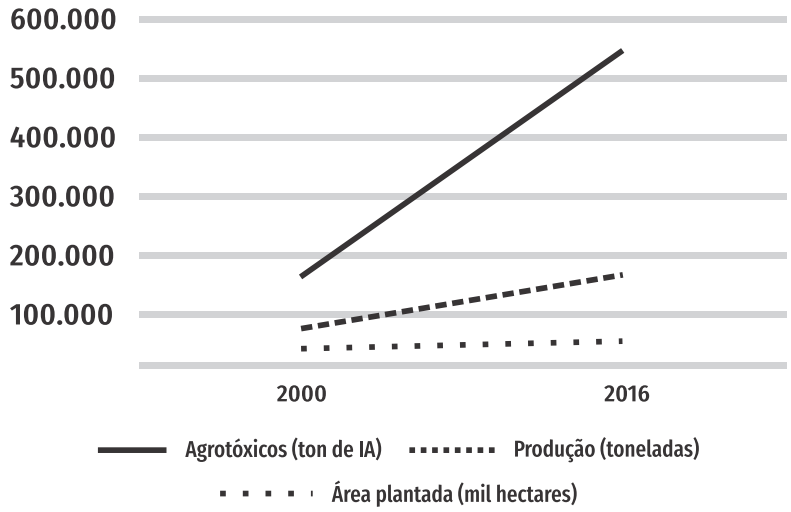
Junte-se a isso uma elite agrária atrasada, incapaz de pensar de forma republicana o bem comum ou o futuro do país, e que se associa aos interesses internacionais para garantir lucro rápido. Estes segmentos querem ampliar o consumo de agrotóxicos no Brasil, enquanto outros países, com forte produção agrícola procuram reduzí-lo.

As restrições para estes produtos são cada vez mais duras na Europa e na China

Consumimos mais agrotóxicos que os EUA, mas a área cultivada lá corresponde a quase três vezes a área plantada no Brasil.

O gráfico a seguir mostra como produção de grãos – responsável pela maior parte dos agrotóxicos aplicados no país - e o consumo de venenos aumentaram de forma desproporcional entre 2000 e 2016[4]. No caso brasileiro, infelizmente, a quantidade desses produtos vem crescendo bem mais rápido!

Crescimento do consumo de agrotóxicos e da produção agrícola (Brasil, 2000-2016)



A quantidade de agrotóxicos vendidos no país neste período cresceu 233%, passando de 162.462 para 541.861 toneladas de ingredientes ativos (dados IBAMA[5]).

Enquanto isso, a produção de grãos cresceu 125%, passando de 83.030 toneladas para 186.610 toneladas. No mesmo período, a área plantada destinada a estes cultivos aumentou 54% (de 37.824 mil hectares em 2000 para 58.336 em 2016).

[4] Com dados de CONAB, IBGE e IBAMA, conforme relatoria da PNARA (novembro de 2018)
[5] http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#boletinsanuais (Números se referem a quantidade de Ingrediente Ativo)

É importante destacar mais um dado: no ano de 2000, para cada hectare cultivado, 4,3 quilos de agrotóxicos eram utilizados, em média. Em 2016, para cada hectare, já eram 9,3 quilos. Isto é mais um sinal importante de que este modelo de produção é insustentável.

Vale lembrar, ainda, que neste mesmo período, a população brasileira cresceu 21%, e esta desproporção indica que não é honesto o discurso de que é o aumento do volume de agrotóxicos é necessário para alimentar a população.

Além disso, conforme dados da ANVISA, a taxa de crescimento de importação de princípios ativos para composição de agrotóxicos subiu 400%, enquanto a importação de produtos já formulados subiu 700% entre 2008 e 2012, o que significa que o aumento da quantidade de agrotóxicos no Brasil alimentou principalmente as indústrias estrangeiras.

Tudo isso acontece por razões como:

- Os órgãos responsáveis pelo controle de agrotóxicos no país são permissivos;
- O setor conta com desonerações;
- A maior parte da agricultura brasileira é de monocultivos – o que é, em si, um desequilíbrio ecológico que favorece o aparecimento e a proliferação de pragas;
- Estes monocultivos são voltados principalmente para exportação;
- O cultivo de espécies geneticamente modificadas (OGM), que são mais tolerantes aos venenos das próprias empresas que vendem as sementes, se expandiu rapidamente no Brasil.

Chegamos a esta situação porque temos um modelo concentrado e concentrador de produção. A propriedade da terra é concentrada, as decisões sobre a tecnologia são concentradas na indústria, e os lucros são concentrados no pequeno conjunto de grandes proprietários rurais e no grupo ainda menor de corporações que comandam a agroindústria e a comercialização de alimentos.

Como evitar o consumo de agrotóxicos?

O uso abusivo de agrotóxicos e o nosso modelo de produção de alimentos estão em desacordo com o Direito Humano à Alimentação Adequada, previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Mas os consumidores, individualmente, têm poucas opções no seu dia-a-dia para evitar o consumo de agrotóxicos. Priorizar alimentos orgânicos ou produzidos por agricultores de sua confiança é mais seguro. Mas estas opções, infelizmente, não estão ao alcance da maioria da população. Por isso, é importante que, de forma coletiva, a sociedade pressione os poderes públicos municipais, estaduais e federal, para que incentivem outro modelo de agricultura, saudável e seguro.

Outro modelo é possível?

Sim, é possível organizar o sistema produtivo de forma justa e sustentável, distribuindo melhor a terra e os recursos financeiros, redirecionando a pesquisa pública para tecnologias que atendam melhor os interesses da população brasileira, valorizando a biodiversidade nacional, criando mais e melhores postos de trabalho, e utilizando conhecimentos e técnicas ecológicas que garantam a produção de alimentos em quantidade suficiente e boa qualidade, sem resíduos perigosos.

Diversas experiências, no Brasil e no mundo, comprovam que a pequena agricultura (que no Brasil é responsável pela maior parte dos alimentos que chegam à nossa mesa) pode produzir, através da agroecologia, produtos de melhor qualidade, em quantidade suficiente, de forma muito mais segura para o produtor e para o consumidor.

Hoje existem informações cada vez mais sólidas sobre a capacidade de produção da agroecologia que, muitas vezes, alcança o dobro de produtividade da produção convencional em diferentes partes do mundo. Dados de dezenas de países mostraram que as intervenções agroecológicas aumentaram a produtividade em 79%, em média.

No Brasil não é diferente. A produtividade de lavouras agroecológicas de milho pode alcançar 9 toneladas por hectare, enquanto o cultivo convencional produz, em média, 3 toneladas por hectare. A produção agroecológica de feijão pode render 3 toneladas por hectare, enquanto no sistema convencional a média é de 0,5 ton/ha. Os exemplos são muitos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já reconheceu que não é verdadeira a ideia de que os agrotóxicos são necessários para garantir a produção de alimentos, e que a agroecologia é a chave para erradicar a fome na América Latina e é necessária para enfrentar o problema das mudanças climáticas.

Este será o caminho para o país seguir produzindo alimento para sua população e manter a posição de destaque nos mercados internacionais, cada vez mais atentos à qualidade da alimentação e às questões ambientais.

Isso vale também para a produção em larga escala, como atesta a produção de arroz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Em 2017 foram colhidas 27 mil toneladas em 22 assentamentos, envolvendo mais de 600 famílias produtoras. Uma parte desta produção é exportada para países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México. A produção orgânica também tem testemunhos importantes da viabilidade em larga escala, como é o caso da Fazenda da Toca (SP), uma das principais marcas de orgânicos do Brasil; e a Usina São Francisco (SP), capaz de moer 1,5 milhões de toneladas de cana de açúcar por safra, produzindo açúcar e etanol orgânico, entre outros.

A agroecologia entende que todas as formas de vida (seres

humanos, plantas, animais, fungos, bactérias), a água, o clima e o solo estão em constante interação e dependem uns dos outros. É preciso produzir respeitando os limites da natureza e da cultura de quem cultiva a terra.

Diversas técnicas combinadas garantem que o solo se torne cada vez mais fértil e mais resistente às intempéries (secas e chuvas fortes, por exemplo), e que a necessidade de insumos químicos seja cada vez menor. As técnicas precisam ser combinadas e adaptadas a cada clima e a cada propriedade para que os bons resultados de uma impulsionem os efeitos positivos de outra, e vice-versa.

Os Sistemas de Produção e Tecnologias Agropecuárias Sustentáveis (SPTAS) são práticas, técnicas e sistemas produtivos, entre os quais se pode citar:

- Integração lavoura-pecuária, que favorece a recuperação de pastagens degradadas, aumenta a produção pecuária e permite a diversificação produtiva;
- Sistemas agroflorestais, que integram cultivos de espécies agrícolas, frutíferas e florestais, elevando muito a produtividade do sistema produtivo e dando uma importante contribuição para os sistemas ecológicos;
- Agricultura orgânica, que se expande em diversos países a taxas muito superiores aos demais mercados, pois conta com o interesse crescente dos consumidores.
- Cobertura viva do solo e adubação verde, que utiliza leguminosas para melhorar a disponibilidade de micronutrientes no solo e o protege de erosão;
- Manejo integrado e controle biológico de pragas e doenças, utilizando métodos como armadilhas, iscas, feromônios etc., para diminuir a necessidade do uso de agrotóxicos.

Quer saber mais? Faça uma busca na internet com estes termos ou visite um produtor agroecológico. É certeza que você vai se encantar.

RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SOLO

É fundamental para a manutenção equilibrada de água, matéria orgânica, minerais e ar. A combinação destes elementos vai garantir fertilidade e bons rendimentos.

CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS

Ter diversidade de espécies ajuda a evitar doenças. Usar os inimigos naturais das pragas, outras plantas e caldas naturais pode evitar o uso de agrotóxicos.

VALORIZAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS

As espécies nativas são as mais adaptadas e por isso se desenvolvem melhor.

ADUBAÇÃO NATURAL

É possível (e mais barato) reduzir o uso de insumos externos e produzir adubos com o que está à mão do produtor (esterco, restos da colheita, matas, etc.).

SISTEMA AGROFLORESTAL

A combinação de culturas mais rápidas com outras de ciclo longo e com espécies perenes e nativas protege do vendo, aumenta a produtividade, protege e melhora o solo, evita o aparecimento de doenças e garante diversos produtos, entre outras vantagens.

PROTEGER MATAS E NASCENTES

Matas fornecem sementes, matéria orgânica, madeira, água, e abriga inimigos naturais das pragas das lavouras.

Os alimentos sem agrotóxicos são mais caros?

Os alimentos orgânicos não são mais caros na produção. Ao contrário, depois de vencida a etapa da transição agroecológica, os custos de produção são menores do que no sistema convencional, porque o agricultor deixa de gastar muito comprando sementes, fertilizantes, e agrotóxicos, e passa a ter um sistema biologicamente mais rico, que depende menos de insumos externos.

Entretanto, os alimentos orgânicos chegam ao consumidor com preços muito elevados porque o mercado varejista (também dominado por poucas grandes empresas) controla a distribuição de alimentos orgânicos a um nicho de mercado, transformando estes produtos em artigos de luxo. Os processos de certificação convencionais também encarecem demasiadamente o produto.

Mas nada disso precisa ser assim. É possível organizar o mercado de outras formas, fazendo a conexão mais direta entre consumidor e produtor. Isso amplia o acesso para pequenos agricultores, que passam a receber mais pelo seu produto, e também para o consumidor em geral, que não precisa pagar pelos lucros exorbitantes das cadeias de supermercados. Reforçar a disseminar a certificação participativa e solidária também reduz os custos e garante a troca de experiências entre os produtores.

Economia justa e solidária

Para que produtores e consumidores possam se beneficiar – de um lado, recebendo valores no mercado que garantam uma vida digna para a família e, de outro, encontrando produtos saudáveis por preços justos e acessíveis – é importante fortalecer canais como feiras, quitandas, cestas entregues em domicílio e programas de compras públicas (quando os órgãos públicos adquirem produtos da agricultura familiar para utilizar em merendas escolares, hospitais e outras instituições, por exemplo).

Consumidor

Você pode buscar fornecedores de alimentos agroecológicos ou orgânicos em sua região. Existem feiras, entrega de cestas, grupos de compra coletiva... Convide seus amigos e familiares e procure se organizar.

Se os canais ainda não estiverem estruturados, ajude a organizar. Conheça experiências de sucesso. Procure produtores agroecológicos ou orgânicos nas proximidades. Informe os mercados e os feirantes sobre seu interesse por esses produtos.

Produtor

Se você já usa os conhecimentos da agroecologia ou produz orgânicos, ajude a convencer seus vizinhos, mostrando as vantagens deste tipo de produção. Organizar sistemas coletivos de comercialização é vantajoso para todos.

Se você quer mudar para um sistema sustentável, converse com produtores que já fizeram a transição para a agroecologia e procure orientação de um técnico. Mudar faz bem para a saúde, para o seu bolso, e para o planeta.

Com a agroecologia e com sistemas inteligentes e justos de distribuição e comercialização, os alimentos saudáveis chegarão na mesa de toda a população, a preço justo.

Este é o modelo que queremos estimular no país, ao invés de continuar incentivando o uso dos agrotóxicos.

Dica: se você quiser saber mais, faça uma busca na internet com as palavras "cooperativa agroecólogica", certificação participativa, circuitos curtos de comercialização.

Alimentação saudável
Um projeto de soberania nacional

Para mudar a situação de dependência dos agrotóxicos e transitar para uma produção de alimentos saudáveis em todo o país e para todas as famílias, precisamos incentivar a agroecologia e orientar os recursos para que, um dia, ela se torne o modelo predominante na agricultura brasileira.

Para isso, precisamos de um novo marco regulatório – um conjunto novo de definições, critérios, responsabilidades e diretrizes, com força de lei, capaz de reorientar os atores sociais e econômicos envolvidos na produção e distribuição de alimentos.

Depois que tivermos leis condizentes com a vontade da população de ter alimentos mais saudáveis, será necessário que os poderes públicos das esferas federal, estadual e municipal, mobilizem os incentivos necessários, criando políticas públicas adequadas.

Para alterar a lei na direção que queremos, teremos que enfrentar um grande desafio: ao mesmo tempo, impedir que as leis se tornem ainda mais permissivas para o uso de agrotóxicos (leia a seguir sobre o PL do Veneno) e fortalecer o apoio social à criação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (leia adiante o PL do PNARA).

O que diz a legislação sobre agrotóxicos

A legislação vigente (Lei 7.802/2009), que já é considerada pouco rigorosa por muitos especialistas da área de saúde e de meio ambiente, estabelece critérios para a liberação de agrotóxicos. Por lei, não podem ser liberados produtos que causem:

- má formação congênita ou que possua potencial cancerígeno;
- distúrbios hormonais ou danos ao aparelho reprodutor;
- danos ao meio ambiente (entre outros).

Ainda conforme esta lei, a liberação (registro) de novos agrotóxicos para uso no Brasil depende de decisões dos órgãos públicos responsáveis pela segurança em relação à saúde, ao meio ambiente e aos efeitos agronômicos.

Quem pode autorizar o uso de um agrotóxico no país?

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) realiza um dossiê ambiental, no qual é avaliado o potencial poluidor do produto;

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) realiza o dossiê toxicológico, avaliando o quão tóxico é o produto para a população e em quais condições o seu uso é seguro;

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) avalia a eficiência e o potencial de uso na agricultura, por meio de um dossiê agronômico.

O órgão responsável por controlar e monitorar se o uso está sendo feito dentro das normas é a ANVISA.

Mesmo assim, agrotóxicos são liberados para serem utilizados sob condição de que todos os procedimentos de segurança sejam seguidos. Estes procedimentos dizem respeito ao transporte, equipamentos de segurança na aplicação, descarte das embalagens e prazos mínimos entre as aplicações e a distribuição dos alimentos para o mercado (intervalo de segurança). Contudo, é muito raro que estes procedimentos

sejam observados, expondo trabalhadores rurais, populações vizinhas e consumidores.

Especialistas de saúde contestam ainda que, mesmo quando os procedimentos sejam rigorosamente seguidos, os agrotóxicos continuam sendo um perigo, por seus efeitos no longo prazo, como já foi mencionado.



Acontece que este problema pode se agravar ainda mais. Estamos diante de um risco enorme de termos uma regulação ultra permissiva e liberalizante dos agrotóxicos.

PL do Veneno

O PL 6299/2002 (Pacote do Veneno) é ataque sem precedentes à saúde pública e à segurança alimentar de todos os brasileiros

Em fevereiro de 2022, apesar da intensa mobilização e luta dos movimentos do campo, representações da sociedade civil e de parlamentares de Oposição ao governo Bolsonaro, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 6299/2002, conhecido como Pacote do Veneno, que flexibiliza o registro de agrotóxicos, retira os órgãos públicos de saúde e Meio Ambiente do controle, reduzindo a análise de riscos à saúde destes produtos e minimiza os critérios de proibição destes produtos. O PL seguiu para análise pelo Senado Federal.

Como seria se o PL do Veneno se tornar lei?

- Não haveria mais nenhum critério definido para proibir algum agrotóxico. Aqueles com características teratogênicas (que causam malformações em bebês), mutagênicas (que causam danos no material genético, ou seja, mutações que serão transmitidas aos descendestes), e carcinogênicas (que causam câncer) poderiam ser registrados no Brasil. Passaria a valer uma única condição": não poderiam ser registrados os agrotóxicos que apresentem "riscos inaceitáveis". O que seria

um "risco aceitável"? Quem determinaria este risco? Não há resposta para isso.

- A responsabilidade pelo registro de pesticidas ficaria com setor da agricultura (Ministério da Agricultura), enquanto as áreas de saúde e meio ambiente se tornariam meros acessórios em relação às decisões, demandas e prioridades da área de agricultura. É importante notar que a evolução deste tema nos Estados Unidos e na União Europeia levou à preponderância de instituições de meio ambiente e saúde no processo decisório, ou seja, o contrário do que prevê o PL do Veneno.
- Não haveria a possibilidade de contestação de registro por outros atores governamentais ou sociais, como sindicatos de produtores ou entidades de defesa do consumidor.
- O órgão de saúde (ANVISA) não teria mais a responsabilidade pela divulgação de dados de monitoramento de resíduos.
- A proposta prevê prazos muito curtos para análise dos pedidos de registro (muito menores, por exemplo, do que os praticados nos Estados Unidos). Ao mesmo tempo, quer liberar os produtos sem os procedimentos adequados de avaliação quando os prazos não forem atendidos. Isso viola o princípio da precaução e revela que os reais compromissos são apenas com as empresas que querem vender agrotóxicos.
- Com a justificativa de desburocratizar o processo, facilitaria as autorizações temporárias, o que pode causar danos irremediáveis, porque haveria produtos sem análise adequada sendo usados no país.
- Seria permitida a produção de agrotóxicos destinados exclusivamente à exportação, dispensados de registro, negligenciando possíveis efeitos sobre a saúde dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo (produção, armazenamento, transporte etc.) e possíveis danos ao meio ambiente.

Estes são apenas alguns dos problemas do PL do Veneno, que motivou dezenas de dossiês, notas técnicas e manifestações contrárias por parte de instituições públicas e organizações da sociedade civil. Mesmo assim, o projeto avança na Câmara dos Deputados e está pronto para ser votada em plenário[6].

[6] Esta é a situação de tramitação quando este texto foi concluído, em 21 de novembro de 2018.

O discurso da modernização em defesa do PL dos Venenos é uma mentira. Se quisesse alinhar a legislação brasileira às regulamentações dos países centrais, o sentido da proposta seria o inverso. Naqueles países, as restrições são cada vez mais duras conforme as evidências científicas indicam perigo à saúde; os custos são muito mais elevados para as empresas que queiram registrar novos produtos; e os sistemas de fiscalização, monitoramento e reavaliação de agrotóxicos são muito mais efetivos e contam com recursos substancialmente maiores.

Assim como outras propostas defendidas pela bancada ruralista, o PL do Veneno vai atender ao desejo de lucro rápido e a qualquer custo de um pequeno grupo. A bancada ruralista quer mais agrotóxicos, porém a sociedade brasileira, os consumidores e os trabalhadores querem menos veneno.

É hora de reconhecermos que o século XX acabou e que este modelo não oferece respostas à altura dos desafios do nosso tempo.

Trigo transgênico

De autoria do deputado Federal Nilto Tatto, o PL 2755/21 proíbe o plantio e a comercialização de trigo transgênico no Brasil, com o objetivo reduzir o uso de agrotóxicos na agricultura.

Mas o que o trigo transgênico tem a ver com os Agrotóxicos?

Os malefícios do trigo transgênico não estão ligados à sua composição genética, mas à maior tolerância que eles desenvolvem aos venenos agroquímicos a partir da transgenia. Sendo mais tolerantes, a tendência é que sejam utilizados mais agrotóxicos nestas culturas, aumentando a contaminação dos alimentos, do meio ambiente, dos trabalhadores e dos consumidores. O trigo é um grão consumido em larga escala no país, em especial na preparação de pães, massas e biscoitos, logo o aumento do uso de agrotóxicos no seu cultivo levaria a um aumento exponencial nas intoxicações por venenos agrícolas.

Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA)

Precisamos, de forma coletiva, pressionar os poderes públicos municipais, estaduais e federal, para que incentivem outro modelo de agricultura e de produção de alimentos mais saudáveis, baseado na agricultura familiar e na agroecologia. Um passo importante para garantir alimentos seguros é mudar a legislação para desestimular o uso de agrotóxicos e apoiar outro modelo de produção agrícola.

Para isso, existe uma proposta legislativa da qual sou o relator (PL 6670/2016), que foi apresentada pela sociedade civil e aprovada em Comissão Especial. Para que ela se torne lei, no entanto, ela ainda precisa ser pautada, votada e aprovada nos plenários da Câmara e do Senado. Trata-se do Projeto de Lei que prevê a criação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA).

São objetivos da PNaRA:

- reduzir, gradual e continuadamente, o uso de agrotóxicos na agricultura e no controle de vetores, visando minimizar os riscos à saúde pública e à saúde dos trabalhadores, e os riscos ao meio ambiente, à vida selvagem e à contaminação das águas e do solo;
- fortalecer a avaliação, o controle, a fiscalização e o monitoramento dos produtos agrotóxicos;
- estimular os Sistemas de Produção e Tecnologias Agropecuárias Sustentáveis - SPTAS;
- estimular o manejo integrado de pragas (MIP); as práticas e técnicas de manejo sustentável e agroecológico; e incentivar as indústrias de bioinsumos para o controle de pragas e doenças na agricultura;
- definir a criação de zonas de uso restrito e zonas livres de agrotóxicos e de Organismos Geneticamente Modificados;
- garantir o acesso à informação, à participação e o controle social quanto aos riscos e impactos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente;

- ampliar e fortalecer o desenvolvimento, a produção, a comercialização e o uso de bioinsumos apropriados para o uso na produção orgânica e de base agroecológica;
- priorizar a agricultura familiar e o médio produtor rural nos benefícios e incentivos econômicos e fiscais, na geração de conhecimento, tecnologia e inovação assim como na representação de participação e controle social;
- estimular o desenvolvimento de tecnologias não associados ao uso de agrotóxicos, que possibilitem a seleção e o melhoramento de variedades vegetais resistentes a pragas, doenças e situações de estresses ambientais;
- garantir a segurança e a soberania alimentar da população brasileira.

Conheça algumas das medidas previstas na PNaRA:



Estímulo e apoio econômico e financeiro que fortaleçam a produção de alimentos limpos, agroecológicos e orgânicos; e remoção de subsídios e benefícios tributários para utilização de agrotóxicos. Crédito especial para produtores assentados em áreas de reforma agrária e para aqueles que utilizem Sistemas de Produção e Tecnologias Agropecuárias Sustentáveis. Nestes casos, com subvenção de, no mínimo, 40% nas taxas de juros e maiores prazos de carência e amortização.



Campanhas educativas, capacitação e formação técnica para difusão de técnicas de produção de base agroecológica e mecanismos de controle social sobre produtos utilizados na agricultura que representam riscos à saúde.



Estímulos para pesquisa e a produção de tecnologias e insumos de baixo risco e de base agroecológica



Criação do SINAG - Sistema Nacional de Informações sobre Agrotóxicos e Agentes de Controle Biológico, um sistema de dados e informações públicos, acessíveis aos cidadãos, sobre quantidade de agrotóxicos produzidos, importado e comercializados no país, casos de intoxicação humana e resíduos em alimentos e na água; processos relativos aos registros desses produtos, campanhas de controle de vetores, entre outros temas.



Redução dos Limites Máximos de Resíduos de agrotóxicos na água, que não poderão ser maiores do que aqueles vigentes entre os países-membros da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



Reforço na política de quarentena de plantas visando prevenir a introdução e disseminação de pragas ausentes no Brasil.



Proibição da capina química em áreas urbanas do país.



Compras governamentais de alimentos da agricultura familiar (através de programas como PAA, PNAE e formação de estoques) deverão garantir um diferencial de, pelo menos, 30% a mais nos preços pagos por produtos orgânicos ou agroecológicos.



Mecanismos para que o uso abusivo e seus danos sejam minimizados e para que as inadequações no uso, produção, transporte, comercialização, armazenamento e descarte sejam mais duramente punidas.


BRANCO

Precisamos da sua mobilização para fazer avançar este projeto no **Congresso Nacional!**

Se a sociedade não se mobilizar, teremos muito mais agrotóxicos no ambiente e nos alimentos. Informe-se!

Conheça a plataforma #ChegaDeAgrotóxicos

Lá você encontra mais informações sobre o PL da PNaRA, e pode deixar seu apoio.

Converse com seus amigos e familiares, ajude a espalhar esta ideia.

Participe desta luta em defesa da vida!

METAMIDO

TETRACONAZ

DIFLUBENZUROM

BENALAXIL ME

FLUAZIFOP



FOS

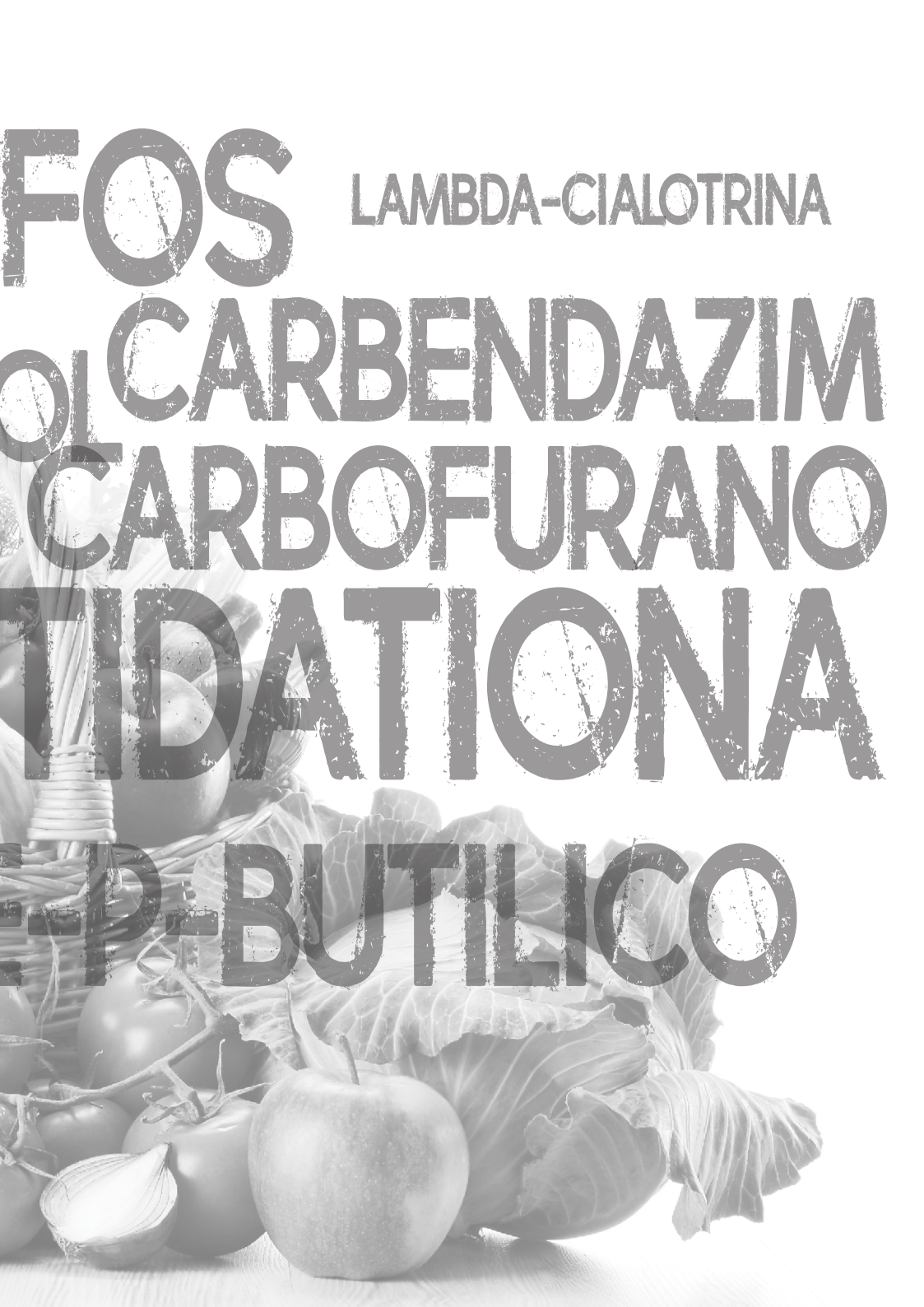
LAMBDA-CIALOTRINA

OL CARBENDAZIM

CARBOFURANO

TIDATIONA

E-P-BUTILICO



Por um Brasil Justo e Sustentável

Deputado Federal Nilto Tatto
PT-SP